O que ocorre, entretanto, é que é comum a Fazenda Pública recusar o oferecimento de precatórios, tratando-se essa recusa de faculdade a ela atribuída pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1337790/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 07/10/2013).

Entendemos ser injusto esse entendimento. Ora, se a Fazenda Pública é devedora do executado, tem o dever evidente de aceitar título público, como é o precatório, como garantia. Entender de forma diversa importa em evidente injustiça perante o sistema constitucional.

Assim, confiamos na aprovação da proposição pelos eminentes pares.

Sala das Sessões, em   de   de 2016.

Deputado CARLOS BEZERRA